



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

TERMO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033.316860/2019-01

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 360/2020/CEL/SUPEL/RO

OBJETO: *Aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional do Município de Guajará Mirim/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos.*

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de seu Pregoeiro, designado por meio da Portaria nº 002/2020/SUPEL-CI, edição do dia 06 de janeiro de 2020, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **R B DA S PINHEIRO - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.956.573/0001-56, com base nos Princípios da Legalidade, da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Razoabilidade e Proporcionalidade, do Julgamento Objetivo e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

I – PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE RECURSAL

Registre-se que a recorrida manifestou através de suas contrarrazões que o recurso interposto está intempestivo.

Contudo, conforme se verifica na Ata de realização do Pregão Eletrônico, os prazos recursais estabelecidos observaram o disposto no art. 45 do Decreto n. 10.024/2019, conforme se denota da imagem abaixo:

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura de Prazo	20/11/2020 12:27:40	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	20/11/2020 12:28:22	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 20/11/2020 às 12:49:00.

Data limite para registro de recurso: 25/11/2020.

Data limite para registro de contrarrazão: 30/11/2020.

Data limite para registro de decisão: 07/12/2020.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 12:57 horas do dia 20 de novembro de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Nesse sentido, verifica-se que a empresa **R B DA S PINHEIRO - ME** manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno, bem como apresentou suas razões no prazo estipulado, sendo considerado TEMPESTIVO e encaminhado POR MEIO ADEQUADO.

II – DO RELATÓRIO

Trata-se o presente certame de Pregão Eletrônico para **aquisição de refeições prontas (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), para atender as necessidades do Sistema Prisional do Município de Guajará Mirim/RO, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos**. Embora a sessão estivesse marcada para o dia 18 de novembro de 2020, não foi possível seu início neste dia, em virtude de problema relativo ao acesso à plataforma de Compras do Governo Federal – COMPRASNET. Sendo assim, está Comissão Especial de Licitações – CEL, realizou a abertura da sessão no dia 19 de novembro de 2020, tendo seu deslinde na data de 20 de novembro de 2020, ocasião na qual foi realizada a habilitação da recorrida, conforme Ata de Realização de Pregão Eletrônico ID (0014988806) juntada aos presentes autos.

Considerando o disposto em Edital, o modelo de contratação adotado foi o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, sendo o certame composto por lote único, em conformidade com o disposto no item 12.1 do Termo de Referência.

Na ocasião, realizados os trâmites regulares do procedimento licitatório, figurou como classificada em primeiro lugar a empresa **SABOR A MAIS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, CNPJ Nº: 08.113.612/0001- 00**, a qual teve sua documentação de habilitação analisada e aceita por esta Comissão, restando habilitada.

Ato contínuo, oportunizou-se o prazo recursal aos interessados, ocasião na qual a empresa **R B DA S PINHEIRO - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.956.573/0001-56 apresentou intenção de **Recurso Administrativo**, pugnando pela inabilitação da empresa **SABOR A MAIS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI**, pelos motivos que serão apreciados no mérito do presente julgamento.

Considerando a interposição de recurso administrativo contra sua habilitação, a empresa recorrida apresentou contrarrazões, tempestivamente e conforme legislação correlata.

Dito isto. Passa-se ao julgamento do mérito.

É o relatório.

III – DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO

Antes de adentrarmos no Julgamento do Recurso, ressaltamos alguns pontos que versam sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Dito isso. Após criteriosa análise do Recurso interposto pela Recorrente passamos ao Julgamento das suas razões. Dos pontos discutidos:

III.1 – DA IMPRATICABILIDADE E INEXEQUIBILIDADE DO VALOR APRESENTADO PELA RECORRIDA:

Alega a recorrente que a empresa **SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI** apresentou proposta com valor inexecutável.

No tocante a exequibilidade do valor ofertado pela recorrida, é importante ressaltar que os licitantes têm liberdade de elaboração das suas ofertas, podendo minimizar ou até excluir sua margem de lucro e reduzir alguns custos em função da sua atividade, estoques, etc. e ainda assim estar apto a executar o objeto da licitação. Um valor reduzido da proposta não significa a inexecutabilidade da mesma.

Nesse sentido, orienta o Tribunal de Contas da União no acórdão 2143/2013. Plenário:

“(…) a apreciação da exequibilidade de propostas não é tarefa fácil, pois há dificuldades em se fixar critérios objetivos para tanto e que não comprometam o princípio da busca da proposta mais vantajosa para a administração.”

Informo ainda que a recorrente ao alegar a inexecutabilidade do valor ofertado pela melhor proposta, deve demonstrar e comprovar sua tese por meio de comprovações verificáveis. Infelizmente, com a ausência de documentos verificáveis, qualquer análise se torna subjetiva e enviesada.

Ante os argumentos apresentados, concluímos que as alegações apresentadas pela recorrente não são suficientes para declarar que a licitante, com menor preço, tenha apresentado informações falsas em sua proposta.

III.2. - DA NOTIFICAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE ITENS CONTRATUAIS

A recorrente alega também que a empresa Sabor a Mais foi notificada pela Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS, com relação a falhas na execução de entrega de refeições prontas em unidades prisionais.

De fato verificasse que há notificações feitas pela unidade demandante para a recorrida, as quais buscavam correções de falhas na entrega dos alimentos. Salientasse que não foi aplicada PENALIDADE para a licitante, dessa forma fica subentendido que as falhas, na execução, foram sanadas. De forma simples, notificação não é penalidade/punição, e por essa razão não nos parece razoável desclassificar licitante com proposta de menor valor apenas por ter sido notificada pela unidade demandante.

III.3. – DO NÃO ATENDIMENTO À CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DE PROPOSTA DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO PELO PREGOEIRO.

Quanto ao questionamento por parte da empresa **R B DA S PINHEIRO - ME**, no tocante ao não atendimento à convocação para envio de proposta dentro do prazo estabelecido.

Conforme item 10. do anexo VII do Edital a proposta adequada ao último lance deve ser anexa no prazo de até 120 (cento e vinte) minutos e mesmo que este pregoeiro tenha fixado um prazo de 20 minutos, a mesma não poderia ser desclassificada uma vez que anexou proposta atualizada dentro do prazo estabelecido em Edital e conforme chat mensagem ao estabelecer o prazo de 20 minutos este pregoeiro não impôs que a empresa SABOR A MAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – EPP, sofreria pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

Nesse sentido, orienta o Tribunal de Contas da União no acórdão 694/2014-Plenário:

uma vez concedida a prerrogativa legal para adoção de determinado ato, deve a administração adotá-lo, tendo em vista a maximização do interesse público em obter-se a proposta mais vantajosa, até porque tal medida em nada prejudica o procedimento licitatório, apenas ensejando a possibilidade de uma contratação por valor ainda mais interessante para o Poder Público.

Para fins de diligência foi solicitado atualização da proposta de preços apresentada, em razão da necessidade de inclusão do item 4 que havia sido omitido pela licitante. Em atendimento à solicitação deste Pregoeiro, a recorrida encaminhou ao e-mail desta Comissão a proposta de preços atualizada ID (0015073971).

Nesse sentido, orienta o Tribunal de Contas da União no acórdão 2302/2012-Plenário:

“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.”

Posto isso, não se vislumbra motivo apto a ensejar a inabilitação da licitante no presente certame.

III.3 – DAS INCONSISTÊNCIAS E IRREGULARIDADES PRESENTES NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO APRESENTADOS PELA RECORRIDA:

Sustenta ainda a recorrente que as declarações exigidas nos itens 13.8.1, 13.8.3, 13.8.4, 13.8.5, 13.8.6 e 13.8.7 do Edital foram apresentadas pela recorrida, porém com referência a outro processo licitatório, com data do mês de maio/2020.

As declarações fazem referência ao Pregão Eletrônico n. 051/2020/CEL/SUPEL/RO, procedimento possui o mesmo objeto do certame em tela, mas que foi anulado na oportunidade anterior.

Logo, verifica-se que se trata de erro formal da recorrida ao apresentar as declarações com referência ao certame anterior, visto que este foi substituído pelo atual Pregão Eletrônico n. 360/2020/CEL/SUPEL/RO.

Desta forma, considerando que tal fato reflete apenas um erro formal sanável, esta Comissão, em observância ao princípio do formalismo moderado, não considera justificável a inabilitação da recorrida, uma vez que o conteúdo extraído das declarações deve prevalecer sobre o formalismo exagerado, privilegiando a manutenção da proposta mais.

Nesse sentido, orienta o Tribunal de Contas da União no acórdão 357/2015-Plenário:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”

Além disto, esta Comissão, consubstanciada na disposição do artigo 43 § 3º da Lei 8666/1993, diligenciou junto à recorrida para fins de adequação das declarações apresentadas, visto tratar-se de erro meramente formal e sanável, a qual atendeu ao solicitado e encaminhou as declarações em conformidade.

Assim sendo, não assiste razão à recorrente, devendo ser mantida a habilitação da recorrida.

IV - DA DECISÃO:

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, o Pregoeiro, consubstanciado pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-se **TEMPESTIVO**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**.

Submete-se a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho (RO), 07 de dezembro 2020.

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA

Pregoeiro - CEL/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva**, **Analista**, em 07/12/2020, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0015093133** e o código CRC **91663692**.